

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

INSEGURANÇA PÚBLICA E CONFLITOS URBANOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
(1993-2003)

Breno Pimentel Câmara (ETTERN/IPPUR/UFRJ)

***In*SEGURANÇA PÚBLICA E CONFLITOS URBANOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1993-2003)**

Resumo:

Os eventos conflituosos que reivindicaram segurança pública na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1993 e 2003 se constituíram enquanto objeto de análise do presente trabalho. A hipótese que orientou a análise foi se haveria um padrão na conflitualidade da violência na cidade pelo modo como a sociedade reage ao crime violento. Os dados empíricos utilizados foram os registros de eventos conflituosos organizados no Mapa dos Conflitos Urbanos na cidade do Rio de Janeiro, que utilizou como fontes os três jornais diários de maior circulação na cidade e os arquivos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. As recorrências observadas nas opções de forma de luta, nas motivações desencadeantes das manifestações públicas coletivas, na caracterização dos agentes mobilizados ou reclamados e na espacialização das ocorrências registradas apontaram para um duplo padrão de reações sociais. Na “favela” ou no “asfalto” os conflitos apresentaram semelhanças e recorrências, se ocorridos em um mesmo tipo de espaço, mas diferenças profundas, se contrastados os espaços de origem das motivações. Tenta-se demonstrar, através das lutas coletivas, como um processo de criminalização dos moradores de favelas foi desenvolvido enquanto mecanismo de controle social.

I - Introdução

Este trabalho pretende analisar os conflitos urbanos que tiveram como objeto de lutas e reivindicações a questão da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. Através dos resultados da pesquisa que originou o Mapa dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro (1993-2003)ⁱ, pretende-se destacar os cerca de 33% dos eventos conflituosos do Mapa que se relacionam com a questão da violência e da segurança pública.

Desde o início dos trabalhos para a construção do Mapa houve a preocupação de reunir as manifestações coletivas que ocorreram no espaço público e que tiveram a cidade do Rio de Janeiro como espaço e objeto das reivindicações. Tomados como chave de leitura dos problemas e da luta entre coletivos da cidade em tempos de neoliberalismo, os conflitos urbanos reunidos no Mapa, tiveram como fonte os principais jornais de circulação diária da cidade e os processos promovidos pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Não se teve a pretensão da construção de um mapa de todos os conflitos ocorridos na cidade, no período recortado, mas de um mapeamento possível da conflitualidade carioca, a partir do limite imposto pelas características das fontes adotadas.

O objetivo central da pesquisa foi caracterizar e analisar o modo de resposta coletiva ao crime violento, a espacialização e frequência das manifestações, a identidade dos que agem e a identidade dos atores e/ou instituições que são reclamados, e sobre o que 'dizem' os conflitos causados pelo crime violento acerca da reprodução das relações sociais.

Que relações mantiveram tais atores sociais com a polícia, com a Justiça, com o sistema penal? Com que frequência ocorreram as manifestações públicas contra a violência ou por segurança na cidade do Rio? Onde e como ocorrem? Quem as promove? Que tipo de conflitos delas resultam? Quais as motivações das manifestações coletivas? Quais as recorrências? Que apoios recebem? Que diferenças as marcam? Que resistências enfrentam?

O presente trabalho é um esforço de compreensão desta temática. Mais que pretender apresentar, ao final, respostas cabais a estas perguntas, buscam-se elementos que produzam conhecimento sobre a conflitualidade violenta na cidade do Rio de Janeiro no momento de introdução e consolidação das políticas neoliberais no país e seus reflexos na urbanidade carioca. Conflitos que denunciam a face mais dura entre as conseqüências do modelo político neoliberal em vigor.

II - Informações do Mapa dos Conflitos sobre Segurança Pública:

O banco de dados da pesquisa conta com 895 eventos conflituosos cadastrados, para os quais se utilizou como fontes os jornais O Dia, O Globo e o Jornal do Brasil, além das Ações Civis Públicas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Divididos por objeto do conflito, os que aparecem em maior número, 291, se referem ao objeto segurança pública. Em segundo lugar, com o mesmo número de eventos, as disputas pelo acesso e uso do espaço público e os conflitos por transporte, trânsito e circulação, ambos com 118 eventos conflituosos:

Tabela I. Conflitos Urbanos no Mapa dos Conflitos, segundo o Objeto – 1993/2003

| | Objeto do Conflito | Total no período referente | Porcentagens |
|----|-----------------------------------|----------------------------|--------------|
| 1 | Segurança Pública | 291 | 32,5% |
| 2 | Acesso e uso do espaço público | 118 | 13,2% |
| 3 | Transporte, trânsito e circulação | 118 | 13,2% |
| 4 | Legislação Urbana e uso do solo | 54 | 6% |
| 5 | Água, esgoto, drenagem | 50 | 5,6% |
| 6 | Moradia | 49 | 5,5% |
| 7 | Saúde | 49 | 5,5% |
| 8 | Educação | 40 | 4,45% |
| 9 | Espaço sonoro e visual | 28 | 3,1% |
| 10 | Outros | 22 | 2,45% |
| 11 | Rios, Lagoas e Praias | 20 | 2,2% |
| 12 | Parques, Jardins e Florestas | 19 | 2,1% |
| 13 | Vizinhança | 17 | 1,9% |
| 14 | Infra-estrutura de Comunicação | 9 | 1% |
| 15 | Lixo e Resíduos | 6 | 0,7% |
| 16 | Energia e Gás | 5 | 0,6% |
| | Total | 895 | 100% |

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>

Este resultado de 291 conflitos por segurança representando mais que a terça parte da totalidade dos eventos pesquisados pode refletir o destaque da questão da segurança pública e da violência na imprensa, a carioca em especial. Mas a leitura dos conflitos revela que não só a questão da segurança é a que diretamente mais mobiliza na cidade, como aparecem ainda no Mapa, conflitos de outras ordens temáticas que têm em suas causas a presença do par segurança/violência,

influindo nos motivos de fechamento de escolas e hospitais e no horário e frequência do transporte coletivo, por exemplo.

Dos 291 eventos conflituosos classificados como tendo por objeto segurança pública, 95,5% acontecem na rua. Denúncias feitas ao Ministério Público que remetem ao tema de segurança pública são cerca de 3%. Paralisações e greves, 1%, e Ações Judiciais comparecem com 0,5%. Pode-se dizer que a ação direta é a forma de luta hegemônica adotada quando se quer reivindicar segurança na cidade, no período recortado.

Em relação aos atores mobilizados que reivindicam segurança, os grupos de vizinhança e associações de moradores representam 60% do total, o que indica que as ações locais se constituem na maior parte de tais manifestações. Grupos de amigos e/ou parentes de vítimas de crimes violentos representam cerca de 16%. Cerca de 9% das manifestações por segurança pública são organizadas por ONG's, entre as quais se destaca a ONG Viva Rio, cujas ações, mesmo se não muito numerosas, conseguem grande repercussão na imprensa. A ONG Viva Rio também aparece apoiando um número expressivo de manifestações puxadas por outros atores, principalmente grupos de amigos e/ou parentes. A categoria de atores denominada profissionais da mesma área, que engloba taxistas, policiais e outras associações profissionais, responde por 5% dos registros sobre segurança pública. A categoria Outros, que engloba atores como ciclistas, atletas, donas de casa, evangélicos, entidades de direitos humanos e ainda outros, participa com cerca de 5%. Os estudantes cobraram segurança pública em cerca de 2,5% dos eventos do banco de dados. Os sindicatos aparecem com 1,5% dos conflitos por segurança. Parlamentares completam a lista de agentes mobilizados com 1% dos casos registrados.

| Tabela II. Atores mobilizados por segurança Pública no Mapa dos Conflitos. 1993-2003 | |
|---|-------------|
| Agente I | Porcentagem |
| Grupos de vizinhança e associações de moradores | 60% |
| Grupos de amigos ou parentes | 16% |
| Organizações Não-Governamentais | 9% |
| Profissionais da mesma área | 5% |
| Outros | 5% |
| Estudantes | 2,5% |
| Sindicatos | 1,5% |
| Parlamentares | 1% |

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>

As totalizações e porcentagens apresentadas acima e abaixo, não significam dados estatísticos sobre os conflitos na cidade, mas simples totalizações dos dados tabulados no Mapa, para que se possa obter uma melhor apreensão quantitativa dos resultados.

A categoria ator coletivo ou instituição contra quem se dirigem as manifestações por segurança pública, encontra a expressiva porcentagem de 48% das reivindicações dirigidas à Polícia Militar do Rio de Janeiro. Outros não menos expressivos 44% dirigem-se ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Sendo que dos 140 eventos que se dirigem à PM, apenas uma manifestação se dirige à cidade como um todo. Todos os outros 139 eventos são localizados: (Maré (12), Cidade de Deus (12), Tijuca (5), Vigário Geral (4) e Senador Camará (4) são os bairros que concentram tais manifestações).

Já os que direcionam sua reivindicação ao governo estadual se dividem, quase que igualmente, entre os localizados e os que se dirigem à cidade como um todo. Nada menos que 92% das reivindicações coletivas por segurança pública se dirigiram ao par Polícia Militar/Governo Estadual.

| Tabela III. Grupos ou Instituições alvos das manifestações em torno à segurança pública no Mapa. 1993-2003 | |
|---|-------------|
| Agente 2 | Porcentagem |
| Polícia Militar do Rio de Janeiro | 48% |
| Governo do Estado do Rio de Janeiro | 44% |
| Judiciário | 2,7% |
| Governo do Município do Rio de Janeiro | 1,7% |
| Outros | 1,7% |
| Governo Federal | 1,2% |
| Polícia Civil | 0,35% |
| Pessoa física | 0,35% |

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>

A morte, atribuída (197) ou não (16) à ação policial na cidade, é, isoladamente, a principal motivação das manifestações que ocorreram no Rio no período recortado. Do total de eventos conflituosos do objeto segurança pública (291), nada menos que 211, cerca de 72%, têm a morte como motivação. Mortes em razão de atropelamentos, latrocínio, mas centralmente (197 eventos) mortes causadas pela ação da polícia, e concentradas nas áreas mais pobres da cidade (Vigário Geral com 21 manifestações causadas por mortes, Maré com 10 por mortes e oito por

sobreviventes baleados, Bancários com 16 por mortes, Bonsucesso com 13, Cidade de Deus com 7, e Acari com 6 eventos causados por mortes, indicam a concentração).

Pessoas baleadas nas ações da polícia motivaram 49 dos eventos conflituosos.

Das 211 mortes que causaram manifestações por segurança, a grande maioria é de jovens e adolescentes. Das 197 mortes que aparecem atribuídas à ação da polícia, 6 são crianças de 0 a 6 anos de idade, 3 de crianças de 7 a 10 anos, 47 de adolescentes de 11 a 17 anos, 39 de jovens entre 18 e 25 anos, 20 para assassinados com mais de 26 anos e 80 casos em que a fonte não revela a idade da vítima.

Há um corte, se tomarmos a cidade como espaço das ações das polícias Civil e Militar. Aqui a cidade é partida na cabeça de quem governa, de quem orienta as políticas públicas de segurança. Como a política de segurança pública é o alvo principal das manifestações coletivas constantes do Mapa (O Estado é reivindicado em 92% dos eventos), temos, que a política de segurança aplicada no Rio de Janeiro segue uma orientação de “Cidade Partida”, dividindo sua ação em duas frentes, uma claramente opressora, em nome do enfrentamento ao comércio de entorpecentes, outra protetora, da propriedade, pública e privada e da pública tornada privada.

Nesta orientação partida de política de segurança pública, talvez exista a reflexão de que na favela não há proprietários, mas invasores do espaço “público”. A favela é frequentemente tomada, no senso comum, como uma ilegalidade de origem, uma apropriação indevida, local da presença ostensiva da criminalidade violenta, local a ser civilizado, educado, regulamentado.

Dentre os conflitos por segurança pública, há os gerados pela indignação específica contra a ação da polícia nas localidades carentes da cidade, e os que dirigem suas reivindicações ao Estado e à sociedade, de forma geral, cobrando segurança e pedindo paz.

A morte, isoladamente a principal motivadora de conflitos da cidade no período recortado, se apresenta de diferentes formas no asfalto e nas favelas, e com o seguinte peso quantitativo:

| Tabela IV. Homicídios que causaram manifestações no espaço de origem. 1993-2003 | | |
|--|---------|--------|
| Ano/ | Asfalto | Favela |
| 1993 | 8 | 29 |
| 1994 | 6 | 28 |
| 1995 | 19 | 14 |
| 1996 | 3 | 44 |

| | | |
|-----------------|----|-----|
| 1997 | 1 | 7 |
| 1998 | 1 | 16 |
| 1999 | 0 | 9 |
| 2000 | 3 | 18 |
| 2001 | 1 | 8 |
| 2002 | 1 | 22 |
| 2003 | 8 | 2 |
| Total de mortes | 51 | 197 |

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>

Bourdieu auxilia nesta divisão de lugares definindo lugar como “o ponto onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe”. Agentes sociais que são constituídos pela relação com um determinado espaço social, definido pela exclusão mútua das posições que o constituem, sendo o espaço habitado, uma “espécie de simbolização espontânea do espaço social”. (BOURDIEU, 1997, p. 160).

“ O espaço social reificado (isto é, fisicamente realizado ou objetivado) se apresenta, assim, como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente) e dotados de oportunidades e apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (em função de seu capital e também da distância física desses bens, que depende também de seu capital). É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado.” (BOURDIEU, 1997, p. 161)

O autor afirma que há uma sobreposição dos espaços sociais objetivados, resultando na concentração dos bens mais raros, se opondo, em todos os aspectos, aos lugares que agrupam os mais carentes. Diz ainda que a capacidade de dominar o espaço, através da apropriação, material ou simbólica, de bens raros, públicos ou privados, distribuídos, depende do capital que se possui.

Capital que permite manter à distância pessoas e coisas indesejáveis ao mesmo tempo que permite aproximar-se das desejáveis.

“Inversamente, os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros. A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar”.
(BOURDIEU, 1997, p. 164).

E é nessa linha de reflexão que se pretende justificar aqui a separação dos conflitos em torno à segurança pública entre os ocorridos no “asfalto”, que se concentram nas áreas de bens mais raros da cidade, para se manifestar, e os ocorridos nas “favelas”, onde seus moradores são mesmo condenados a estar ao lado de pessoas, bens e situações de violência indesejáveis e menos raros.

| Tabela V. Conflitos do objeto Segurança Pública por espaço de origem. 1993-2003 | | |
|--|---------|--------|
| Ano | Asfalto | Favela |
| 1993 | 9 | 13 |
| 1994 | 19 | 22 |
| 1995 | 37 | 24 |
| 1996 | 8 | 21 |
| 1997 | 5 | 12 |
| 1998 | 3 | 13 |
| 1999 | 4 | 10 |
| 2000 | 9 | 21 |
| 2001 | 3 | 12 |
| 2002 | 1 | 27 |
| 2003 | 12 | 6 |
| Total de conflitos | 110 | 181 |

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>

| Tabela VI. Conflitos em torno da Segurança Pública segundo a motivação. 1993-2003 | | | | |
|--|--------------------|--------------------|-----------|------------|
| Espaço | Motivação | | | Total |
| | Violência policial | Violência criminal | Outros | |
| Asfalto | 12 | 45 | 53 | 110 |
| Favela | 144 | 10 | 27 | 181 |
| Total | 156 | 55 | 80 | 291 |

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufrrj.br>

Conforme mostram as tabelas acima, a ação violenta da polícia nas favelas representa cerca de 50% das motivações de todos os conflitos urbanos em torno da questão da segurança no período. Contrastando com o fato de a violência policial no asfalto ser residual, não chegando a totalizar 5% dos registros. O que denota que em termos de motivação da ação coletiva, a ação policial não só é centralmente reclamada pelos moradores de favelas como também se trata de um aporte muito diferenciado da polícia quando age num e noutro espaço.

A violência criminal comum, inversamente, motivou mais manifestações públicas coletivas no asfalto que nas favelas. Esse dado omite a possibilidade de crimes (assaltos, assassinatos e outros) praticados por traficantes nas favelas que por não fazerem parte de estatísticas, nem motivarem ações coletivas dos moradores, em razão do domínio territorial violento que realizam os traficantes, impedirem manifestações públicas contra os chamados “donos” do local, escamoteando a dupla opressão imposta aos moradores das favelas pelos dois exércitos, em suposto combate, atuantes nestas localidades.

| Tabela VII. Conflitos em torno da Segurança Pública segundo apoio recebido. 1993-2003 | | | |
|--|------------|------------|------------|
| Espaço | Motivação | | Total |
| | com apoio | sem apoio | |
| Asfalto | 56 | 54 | 110 |
| Favela | 45 | 136 | 181 |
| Total | 101 | 190 | 291 |

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufrrj.br>

O número absoluto de conflitos em torno à questão da segurança pública foi, no período recortado, muito maior nas favelas que no asfalto, apesar de o espaço ocupado pelo que aqui se designou por asfalto ser maior e mais populoso que os ambientes aqui designados por favelas. Ainda assim, a chamada sociedade civil organizada, apoiou mais manifestações no asfalto que nas favelas. ONG's, partidos políticos, associações de moradores, artistas, autoridades públicas e outros grupos apoiaram mais da metade dos conflitos do asfalto e apenas cerca de 25% dos conflitos por segurança originados nas favelas. As favelas apresentaram manifestações sem apoio algum em cerca de 75% dos casos e, na maior parte destes, os conflitos ocorreram logo após à ação policial, nas imediações das favelas. No asfalto muitos apoios, em manifestações mais planejadas, ocorridas com intervalo maior entre o crime que as motiva e a data da manifestação. No "asfalto", quanto mais apoio, maiores as chances de a manifestação ocorrer no Centro da cidade ou na orla da zona sul; os conflitos sem apoio, no "asfalto", tendem a se manifestar nas proximidades do bairro onde ocorreu o crime violento que os motivou.

| Agente 2 | Lugar | | Total |
|------------------|------------|------------|------------|
| | Asfalto | Favela | |
| Polícia Militar | 7 | 135 | 142 |
| Governo Estadual | 88 | 39 | 127 |
| Outros | 15 | 7 | 22 |
| Total | 110 | 181 | 291 |

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>

Em relação ao alvo das manifestações conflituosas, há interessante inversão entre Governo Estadual e Polícia Militar quando o conflito se dá num ou noutro espaço. O alvo central dos atores quando o conflito ocorre em favelas é a Polícia Militar, com cerca de 75% das ocorrências, o que permite afirmar que quando houve conflito em torno à segurança pública, no período recortado, nas favelas, o alvo central da ação dos manifestantes foi a PM e sua ação especial direcionada às comunidades pobres da cidade. Nos conflitos do asfalto o Governo Estadual foi o alvo de 80% das manifestações. Através das descrições dos eventos no Mapa dos Conflitos, pode-se perceber que esta inversão ocorre em função da ação repressora, geralmente ilegal e causadora de mortes da PM nas favelas e, de outro lado, do grande número de manifestações pela

paz na cidade, em que se cobra maior eficiência do Governo do Estado na solução dos problemas de segurança pública.

O Governo Estadual aparece interpelado em cerca de 21% dos conflitos nas favelas, geralmente quando as manifestações são planejadas e apoiadas, mas também quando se reúne uma série de casos semelhantes e a manifestação vai às autoridades, por atacado, cobrar legalidade da ação policial. As ações policiais no asfalto são residuais e aparecem quando alguns agentes da PM cometem abusos de poder no asfalto.

| Tabela IX. Conflito em torno da Segurança Pública segundo forma de luta. 1993-2003 | | | |
|---|------------|------------|------------|
| Forma de Luta | Lugar | | |
| | Asfalto | Favela | Total |
| Fechamento de rua com atos de violência* | 0 | 86 | 86 |
| Fechamento de rua | 13 | 25 | 38 |
| Manifestação pacífica | 92 | 66 | 158 |
| Processo no Ministério Público | 5 | 4 | 9 |
| Total | 110 | 181 | 291 |

* Entende-se como atos de violência queima de ônibus, pneus, entulhos e quebra-quebra.

Fonte: Mapa dos Conflitos Urbanos, <http://mapaconflitos.ippur.ufrrj.br>

A resposta das populações moradoras das comunidades pobres às ações violentas da polícia em seu lugar de residência, contém atos também violentos, em parte expressiva das ações: cerca de 47%. A diferença do tratamento dispensado pela polícia aos dois pólos justifica ainda o caráter pacífico da expressa maioria das manifestações do asfalto, cerca de 84%. Apesar da recorrente violência empregada pela polícia na direção dos pobres, os moradores das favelas se manifestam pacificamente na maior parte das vezes.

Os conflitos do “asfalto” mostram, em maioria, manifestações públicas contra a violência urbana de modo geral, e pela paz na cidade. Geralmente ocorrem logo após algum crime de repercussão ou chacinas. Articulam em seus protestos ONG’s, meios de comunicação de massa, parlamentares e outras autoridades.

Diretamente, a ONG Viva Rio promoveu cerca de 8% das manifestações e apoiou outras cerca de 7%, que tiveram a marca de um caráter classista, representando o medo das classes ricas e

médias em relação a assaltos, a indignação diante das chacinas, ou do caso do ônibus 174ⁱⁱ, por exemplo. São manifestações que pedem paz e o fim da violência de forma geral, mas que cobram, especificamente, mais e melhor policiamento, numa interpretação clara de que a solução para a problemática da violência viria de uma conscientização da população e de uma maior eficiência do aparato de segurança pública do Estado.

Silva, Leite e Fridman (2005) afirmam, e os registros do Mapa confirmam, que de um lado (aqui, no “asfalto”), “há a defesa de uma atuação “dura”, “enérgica” (ou seja, além da “força comedida” que caracteriza o poder repressivo em sua institucionalidade legal) da polícia contra a ameaça à ordem, representada pelos criminosos. De outro (aqui, nas “favelas”) a denúncia do excesso de força empregado pelos policiais, esta com um poder de penetração na opinião pública muito mais débil” (SILVA, LEITE e FRIDMAN, 2005, p. 27).

Afirmam ainda que o crescente sentimento de insegurança e medo do crime violento, embora embasado na realidade concreta, tende a dissolver a confiança, condição de qualquer relação de alteridade. E que o quadro do período não favorece o desenvolvimento de uma ação coletiva com o mínimo de organicidade, “seja na forma de movimentos sociais sem um quadro dirigente unívoco, seja na forma da ação comum de agentes com uma identidade firmemente estabelecida”.

Os autores estabelecem duas conseqüências, coincidentes com as análises dos conflitos do Mapa, no que diz respeito à participação dos poderes públicos na questão: a primeira é que a margem de autonomia da polícia fica consideravelmente acrescida e a segunda é que para os poderes públicos convergem todas as demandas de recomposição do tecido social. Destacam ainda que no Rio de Janeiro há uma articulação indissociável entre o problema da segurança pública e o problema das favelas. “Essa combinação expressa, com a nitidez da exemplaridade, a ligação mais genérica presente em todas as cidades brasileiras entre o “problema da segurança pública” e os territórios da pobreza”. (SILVA, LEITE e FRIDMAN, 2005, p. 28).

“Na atual vigência da mentalidade que destina à favela o lugar do “outro” da cidade (e no limite, da sociedade), a parcela da população que está ali instalada tornou-se “matável” pelos agentes de segurança, sob o olhar complacente daqueles que se sentem “aliviados” ou “vingados” pelo uso da força nas localidades onde prolifera a organização dos bandos armados que operam a economia da droga. Tornam-se uma gente “sacrificável” – ou homo sacer, nas palavras do filósofo italiano Giorgio Agamben (2002) – sem que isso

seja percebido ou repudiado como delito inaceitável". (SILVA, LEITE e FRIDMAN, 2005, p. 28).

Nas favelas, houve 181 eventos conflituosos ao longo do recorte temporal do Mapa, média de 1,37 por mês, motivados centralmente pela ação da polícia que causou 197 mortes no período, 1,49 a cada mês em média. São mais mortes que manifestações em função de algumas das ações policiais resultarem na morte de mais de uma pessoa por vez. A morte de um traficante é tão ilegal (o devido processo legal prevê julgamento e prisão) quanto a de qualquer morador, trabalhador, ou estudante, ou desempregado, mas é importante sinalizar que os moradores em suas manifestações afirmaram, segundo as descrições dos conflitos, que na grande maioria dos casos, houve assassinato de pessoas que não mantinham qualquer relação com o tráfico de drogas.

No asfalto houve 110 eventos conflituosos, média de 0,83 por mês, com 51 mortes motivando manifestações, 0,38 por mês do recorte temporal. As mortes no asfalto decorreram basicamente da violência criminal comum e excetuando-se o ano de 1995 (19 mortes em que houve manifestações que davam conta de assassinatos de taxistas, em bloco, ou seja, manifestações motivadas pela seqüência de mortes agrupadas nos protestos), o que geralmente ocorre no asfalto é que um assassinato de impacto nos meios de comunicação acaba por gerar várias manifestações públicas.

A maior parte dos conflitos nas favelas ocorreu sem apoio algum de entidades, grupos ou organizações. Nas ocasiões em que houve algum apoio, este foi dado pelas associações de moradores. No "asfalto", a maioria dos conflitos contou com apoios: ONG's centralmente, parlamentares, artistas, associações profissionais e autoridades públicas apoiaram as manifestações.

No "asfalto" o intervalo de tempo entre o crime, ou crimes, que motivam as ações coletivas, é maior que o intervalo de tempo entre os crimes e a ação dos moradores de favelas.

Nas favelas, os coletivos mobilizados foram, em maioria, os grupos de vizinhança e associações de moradores, ou seja, os moradores são os protagonistas das ações. No asfalto, as ONG's são muitas vezes as protagonistas das ações em maior número de casos que os moradores dos bairros onde houve crime violento.

**Quadro comparativo das características gerais e mais frequentes dos conflitos em torno à
Segurança Pública no Rio de Janeiro:**

| | FAVELA | ASFALTO |
|--|---|--|
| MOTIVAÇÃO | Violência Policial | Violência Criminal |
| FORMA DE LUTA | Fechamento de rua com atos de Violência* | Manifestação Pacífica |
| AGENTE 2 | Polícia Militar | Governo Estadual |
| APOIO | sem apoio | com apoio |
| LOCAL DA AÇÃO | Proximidade do local do evento | Orla, centro da cidade |
| INTERVALO DE TEMPO ENTRE O EVENTO DEFLAGRADOR E A MANIFESTAÇÃO | Imediatamente após o evento deflagrador do conflito | Fins-de-semana, após algum lapso de tempo para divulgação e mobilização do ato |

* Entende-se como atos de violência queima de ônibus, pneus, entulhos e quebra-quebra.

É de se destacar que há uma maior riqueza de detalhes nas descrições feitas pelos jornais dos crimes e conflitos deflagrados em virtude deles, quando no asfalto. É uma grande desinformação em relação ao nome das vítimas, ao número de manifestantes e ao desenrolar dos fatos, quando nas favelas. Destaca-se ainda o fato de as manifestações das favelas contra a morte violenta de seus moradores serem, na maioria dos casos, reprimidas pela mesma polícia que originou a manifestação, em um curto espaço de tempo, entre a manifestação e a repressão. Repressão também violenta, com utilização de bombas de efeito moral, e comportamento violento, na dispersão da manifestação.

As diferenças espaciais entre os conflitos urbanos da cidade, favela e asfalto, são, em realidade, diferenças sociais. Os outros tipos de conflitos do Mapa, que têm como objeto das lutas o acesso e uso do espaço público, transporte, educação, saúde, saneamento, uso do solo, água, esgoto e drenagem, moradia e outros, revelam que quanto menos raros os bens e serviços dos locais, para usar a terminologia de Bourdieu, maior o número de conflitos. Os locais que concentram os trabalhadores mais pobres, as favelas e bairros de moradia popular, concentram o menor número de equipamentos urbanos e a pior infra-estrutura de serviços.

Mas tais diferenças sociais têm na ação da polícia a principal diferença entre espaços, a central diferença social na cidade, de acordo com os registros dos conflitos. As políticas neoliberais, que no mundo desenvolvido e dominante, causam aumento do número de prisões, em larga escala, no Rio de Janeiro, causam muitas mortes e opressão dos mais pobres.

O fato de a maioria das favelas contarem com a operação do tráfico de drogas armado dominando seus espaços, levou a dupla opressão à realidade de moradia de grande parte da população da cidade. Onde não há resistência possível à operação do tráfico, que se relaciona, domina, através da força, há maior previsibilidade de suas ações, estabelecidas num conjunto de regras impostas no cotidiano das favelas.

Entrevistas feitas com militantes da Rede de Movimentos e Comunidades Contra a Violência, movimento surgido em 2003 que reúne tanto parentes de vítimas da ação policial nas favelas quanto militantes políticos, mostram que a ação policial, por ser inteiramente imprevisível e violenta de início, causa maior medo aos moradores.

A utilização do ‘caveirão’ⁱⁱⁱ nas favelas representa a radicalidade desta imprevisibilidade da ação dos órgãos de repressão do Estado em relação aos moradores das favelas.

A delinqüência, no caso do Rio de Janeiro, o tráfico de drogas das favelas, juntamente com a polícia e sua ação multifacetada de controle, opressão e assassinatos; junto ainda de toda a ilegalidade que constitui o sistema prisional (as denúncias feitas por presos ao Ministério Público estadual revelam tal ilegalidade), e da justiça com sua tarefa de diferenciação e política de punição de classe, compõem um circuito de dominação que serve de instrumento à característica central do Estado-Penitência formulado por Wacquant: a criminalização da miséria, o massacre dos pobres, no neoliberalismo.

De modo que se pode defender que a relação entre o tráfico de drogas e a polícia do Rio de Janeiro não se caracteriza numa guerra, mas sim que o tráfico e seus homens em armas se constituem em uma organização hegemônica da delinqüência, que é utilíssima aos propósitos, ao sentido mesmo da ação da polícia na direção da dominação dos espaços mais carentes da cidade, na direção do avanço do domínio do capital e sua neo-face, a criminalização da miséria.

A reforma dessa relação, tráfico-polícia, proposta sempre quando o conflito se manifesta e se publiciza, à maneira como eram e são propostas as reformas do sistema penal, aparecem em declarações das autoridades constituídas no intuito de garantir mais força de repressão ao Estado, mais e melhores armas de combate, melhoria das condições de “enfrentamento”, em suma, mais violência. Violência como remédio da violência.

O circuito de dominação de Estado descrito por Foucault (1987), base teórica da formulação de Wacquant, nos termos da relação entre ilegalidade e delinqüência, em que aparece a polícia, reprimindo e estudando, enquadrando e violentando, oprimindo e explorando a “delinqüência-

útil”. As prisões, executando seu papel de transformar o criminoso em delinqüente e se constituindo em laboratório permanente de observação desta delinqüência, lugar da radicalidade da ilegalidade. Com a justiça operando “sua necessária dessimetria de classes” em que os limites de punição se relacionam com os limites de legalidade/ilegalidade da classe a que pertence o cidadão (atos considerados normais em Ipanema levando à prisão, ao “esculacho” e, no limite, à morte se cometidos pelo cidadão, se favelado). E a delinqüência-útil, hegemônica sobre as outras formas de delinqüência, mecanismo de realização de lucro de outrem, controlada e corrompida, funcionando como argumento legitimador da ação policial em razão de sua crescente aquisição, e uso, de armamentos pesados na operação do tráfico; revelam que as categorias estabelecidas pelo autor podem ser úteis na consideração do que ocorre na cidade maravilhosa.

Principalmente se somadas, à tendência apontada por Wacquant (2001) de utilização dos mecanismos de Estado para a criminalização da miséria, no neoliberalismo. Com o número de prisões e presos aumentando em todo o mundo. Com a justiça numa tendência de apoio à políticas do tipo Tolerância Zero, que desrespeita o devido processo legal, mandando prender antes para averiguar depois. E inocentando os praticantes de atrocidades se e quando estas são cometidas em nome do “combate ao terror”, da segurança nacional ou de uma moralidade ascética em seu desejo e assassina e corrupta em sua prática. E a polícia, como braço armado de execução destas idéias, compõe o quadro, no esquema de Wacquant, da face punitiva do Estado no neoliberalismo, que o autor designa por Estado-Penitência.

Mas o processo apontado por Wacquant não discute, em razão de tratar da França e dos EUA, uma categoria que, extremamente importante na reflexão de Foucault, pode contribuir na caracterização desta delinqüência, tomada aqui como operação de parte do tráfico de drogas que opera na cidade, a que se concentra nas favelas. Porque é sobre este tipo de comércio ilegal, localizado, que é dirigido o discurso que sustenta as ações, cada vez mais naturalizadas, aceitas, legitimadas socialmente, na direção daquelas localidades e de seus moradores. Processo de extermínio paulatino exemplar dos que são caracterizados como moradores de locais proibidos, criminalizando a todos os moradores indistintamente, mas com uma diferença, para pior, em relação ao papel da delinqüência-útil descrita por Foucault: aqui o processo de dominação através do circuito apontado pelo autor, inclui a morte em seus métodos, o assassinato indistinto de moradores, se dos locais que abrigam o “terror do tráfico”.

O Mapa dos conflitos mostra que este processo ocorre mesmo quando a orientação política do governo sofre uma “*inflexão civilizatória*”, deixando clara a autonomia que vem sendo assinalada de um corpo policial que julga e executa à margem do que é politicamente pactuado tanto em eleições quanto nas leis. Autonomia marginal da polícia garantida pela classe dominante que já reformou o Estado à suas necessidades de controle, lucro e resolução de conflitos com a guinada neoliberal mostrada por Wacquant na construção do Estado-Penitência.

Um Estado capturado por uma classe e servente de seus interesses em diferentes níveis e prerrogativas, e na questão da segurança, um Estado capturado por um moralismo rudimentar, em que se deve identificar e combater o mal, mesmo que às margens da legalidade, em nome dos cidadãos de bem, ou de bens.

As políticas de segurança pública, desenvolvidas pelo Governo do Estado, em sua variação, ora mais abertamente violenta, ora dominando pela ação ou “*inflexão civilizatória*”, demonstraram ter pouca influência na condução da ação policial quando o alvo da ação é a favela. A pesquisa revela que nos dois momentos em que houve uma tentativa de se implementar a “*inflexão civilizatória*”, de janeiro de 1999 a março de 2000, e depois, de março à dezembro de 2002, sob a coordenação de Luiz Eduardo Soares e sua equipe de pesquisadores, atuando à frente da formulação e execução das políticas de segurança pública do Estado, não houve diminuição nos conflitos causados pela ação policial nas favelas da cidade. Ao contrário, no segundo momento, em 2002, em que o cientista social e sua equipe tiveram maior liberdade de ação, apesar de seis meses menos de comando, houve aumento do número de conflitos registrados pelo Mapa, nas favelas, causados pela polícia com a violência habitual.

Este resultado denota preocupante independência das orientações do corpo policial em sua ação nas favelas, em relação às orientações políticas do hierarquizado corpo dirigente da secretaria de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

A construção de uma transformação política deste quadro, com um novo pacto social que absorva, pelo Estado, as questões que os interesses não deixam que saltem da realidade para as leis, com distribuição do resultado da produção social em termos de trabalho digno, direitos e deveres gerais, fica extremamente dificultada com a tal autonomia marginal dos aparelhos de segurança pública do Estado. Autonomia em relação ao Estado, mas prática coincidente com as necessidades de mercado.

No mecanismo de dominação de Foucault, que em sua análise garante sobre-poder ao Estado, ao poder político, há semelhanças e diferenças em relação aos mecanismos de dominação aqui aplicados, em que polícia, prisão, justiça e a delinquência-útil, compõem um circuito de dominação punitiva de classe; aqui o sobre-poder resultante da atuação conjunta destes mecanismos parece garantir mais força e independência à polícia militar, que opera e discursa em consonância com as necessidades de mercado, de acordo com as regras do neoliberalismo, se justificando na defesa dos cidadãos de bem. Parece haver uma inversão de subordinação, se antes a hierarquia política garantia sobre-poder ao governo, ao corpo político eleito, agora qualquer que seja o resultado eleitoral, parece haver uma subordinação do corpo político à “necessidade” do uso da violência por parte da polícia na opressão aos pobres, em nome do combate à delinquência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre – Razões Práticas Sobre a Teoria da Ação. Campinas: Ed. Papirus, 1994.
- BOURDIEU, Pierre – A Miséria do Mundo. Sob direção de Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accardo... | et. al. | - Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1997.
- CASTELLS, Manuel – A Questão Urbana, Coleção Pensamento Crítico. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1972.
- FOUCAULT, Michel – Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel – Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.
- JACOBI, Pedro – Movimentos Reivindicatórios Urbanos, Estado e Cultura Política: Reflexão em Torno da Ação Coletiva e dos seus Efeitos Políticos-Institucionais no Brasil. In LARANJEIRA, Sônia (org.) - Classes e Movimentos Sociais na América Latina. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990.
- LEMGRUBER, Julita – A Instituição Policial. Rio de Janeiro: Revista da OAB, vol 22, 1985.
- LEMGRUBER, Julita – O Policial Civil: Conflitos e Contradições. Rio de Janeiro: Revista da OAB, vol. 22, 1985.
- LEVEBVRE, Henri – O Direito à Cidade. São Paulo: Ed. Centauro, 2001.
- LIMA, William da Silva – Quatrocentos contra um – uma história do Comando Vermelho. Rio de Janeiro: Labortexto, 2001.

- MARX, Karl – Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política. México: Siglo XX, 1971.
- MISSE, Michel – Como desarmar a violência policial? Rio de Janeiro: Desarme: Notícias/Opinião, s.n., 2004.
- MISSE, Michel – Sobre o conceito de Conflito Social, In: Direito e Conflito Social, Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1981.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres – Dimensiones culturales de la ilegalidad. In PATIÑO, Análida Rincón (org.) – Espacios Urbanos no Con-sentidos – Legalidad e Ilegalidad en la Producción de Ciudad – Colombia y Brasil. Ed. Escuela de Planeación Urbano-Regional, Área Metropolitana del Valle de Aburrá, Alcaldía de Medellín. Medellín, Colombia: Departamento Administrativo de Planeación e Secretaria de Gobierno, 2005.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres – Leituras de Movimentos: Conjuntura, Ação e Poder. Rio de Janeiro: Revista Temporális nº 4, s.n., 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa – Estado, derecho y luchas sociales. Bogotá: Ed. ILSA, 1991.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos – Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1981.
- SANTOS, Milton – A Natureza do Espaço. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1999.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da, LEITE, Márcia Pereira e FRIDMAN, Luis Carlos – Matar, Morrer, “Civilizar”: O “Problema da Segurança Pública”. In MAPAS – Monitoramento ativo da participação da sociedade – Relatório do projeto / dezembro de 2005 – Estudo de Caso: Matar, morrer, “civilizar”: o “problema da segurança pública”. Rio de Janeiro: Ed. Ibase, 2005.
- SOARES, Gláucio A D.; D’Araújo, M. C. S. e Castro, C. – A Repressão. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1994.
- SOARES, Luiz Eduardo – Violência e Política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, ISER, 1996.
- SOARES, Luiz Eduardo, BATISTA, André e PIMENTEL, Rodrigo – Elite da Tropa. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2005.
- TELLES, Vera da Silva – Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. Orgs. SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- TOURAINÉ, Alain – O Retorno do Ator. Lisboa: Inst. Piaget, 1984.

VAINER, Carlos Bernardo – Pátria, Empresa e Mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia – A cidade do pensamento único – Desmanchando consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000.

WACQUANT, Loïc – As Prisões da Miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001a.

WACQUANT, Loïc – Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

WACQUANT, Loïc – Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003 (F. Bastos 2001).

WEBER, Max – Economia y Sociedad. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.

ZALUAR, Alba – Crime, Medo e Política. Brasília: Sociedade e Estado, vol. 10, 1995.

ⁱ O Mapa dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro (1993-2003) (<http://mapaconflitos.ippur.ufrj.br>) foi fruto de convênio de cooperação técnica celebrado entre o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ - e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro – CMRJ, através da Comissão de Assuntos Urbanos, e, teve seu início em julho de 2004 e término em novembro de 2005.

ⁱⁱ O ônibus 174, que faz o percurso entre o bairro da Gávea e a Central do Brasil, foi seqüestrado por Sandro Nascimento na rua Jardim Botânico, Zona Sul do Rio. Sandro manteve os passageiros reféns por aproximadamente cinco horas. Durante as negociações para se entregar, Sandro Nascimento desceu do veículo, usando a professora Geísa Firmo Gonçalves, moradora da Rocinha, como proteção. Neste momento um policial do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) atirou. A refém, então com 20 anos, foi atingida por três tiros no tórax – supostamente disparados pelo seqüestrador -, e um tiro de raspão no queixo – supostamente disparado pelo policial - morrendo no local. Sandro foi imobilizado e levado para o carro da policia onde foi morto, antes de chegar ao hospital.

ⁱⁱⁱ Blindado semelhante a tanques de guerra, em que há oito escotilhas para uso de fuzis, e que ganharam o singelo apelido de “Caveirão” por ostentar na frente e em suas laterais o símbolo do BOPE (Batalhão de Operações Espaciais da PM – RJ), que é uma caveira. Emitindo, via auto-falante instalado na parte de cima do veículo, frases como: “Eu vim aqui buscar sua alma!”, o Caveirão entra nas favelas em alta velocidade, atirando e tem matado ainda maior número de pessoas desde que se iniciou sua operação, segundo os participantes da Rede de Comunidades e movimentos contra a Violência.